

**A patrimonialização da escola: implementação de espaços de memória em instituições educacionais de Sergipe (2005-2018)**<sup>1 2 3</sup>

*School patrimonialization: the implementation of memory spaces in educational institutions of Sergipe (2005–2018)*

Oliveira, João Paulo Gama <sup>(i)</sup>

Souza-Chaloba, Rosa Fátima de <sup>(ii)</sup>

<sup>(i)</sup> Universidade Federal de Sergipe - UFS, Departamento de Educação, Itabaiana, Programa de Pós-Graduação em Educação e PROHISTÓRIA, São Cristóvão, SE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9683-5413>. [profjoaopaulogama@gmail.com](mailto:profjoaopaulogama@gmail.com)

<sup>(ii)</sup> Universidade Estadual Paulista - UNESP, Departamento de Educação, Araraquara, Programa de Pós-Graduação em Educação, Marília, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3905-7317>  
[rosa.souza@unesp.br](mailto:rosa.souza@unesp.br)

**Resumo**

A partir do desafio de inserir o patrimônio escolar no debate do campo do patrimônio e sua preservação, busca-se analisar os espaços de memória escolar criados em Sergipe entre os anos de 2005 e 2018. Dialogamos, de maneira mais específica, com a concepção de “patrimonialização” da escola e a necessidade de valorizar as singularidades e especificidades dos sujeitos escolares. Trata-se de cinco acervos salvaguardados em instituições públicas e privadas, que contam com documentos e objetos que revelam práticas educativas de distintos períodos históricos, níveis de ensino e públicos atendidos. Destacamos como tais projetos foram materializados e o papel da comunidade nos caminhos trilhados pelo grupo de sujeitos que participou da constituição de seus acervos, com escolhas e finalidades distintas.

**Palavras-chave:** Arquivo escolar, Espaço de memória escolar, Patrimônio escolar, História da Educação

<sup>1</sup> Editor responsável: Silvio Gallo <<https://orcid.org/0000-0003-2221-5160>>

<sup>2</sup> Normalização, preparação e revisão textual: Larissa Balbi (Tikinet) <[revisao@tikinet.com.br](mailto:revisao@tikinet.com.br)>

<sup>3</sup> Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, (Grant/Award Number: '164654/2020-8-Pós-Doutorado Júnior', 306540/2022-3)

## **Abstract**

*Considering the challenge of inserting school patrimony in debates within the field of patrimony and its preservation, this study seeks to analyze school memory spaces created in Sergipe between 2005 and 2018. More specifically, a dialogue with the concept of school “patrimonialization” is established, in addition to a discussion about the need to value the singularities and specificities of school subjects. Given this end, the sources include five collections safeguarded in public and private institutions, which consist of documents and objects that reveal educational practices from different historical periods, teaching levels, and public assisted. In this sense, this research highlights the materialization of these projects and the role of the community in relation to the paths taken by the group of subjects who contributed to the construction of their archives, with distinct choices and aims*

**Keywords:** School archive, School memory space, School patrimony, History of Education

## **Introdução**

O presente texto se propõe a analisar os espaços de memória escolar criados em Sergipe entre os anos de 2005 e 2018, a saber: Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (Cemas); Memorial do Colégio Arquidiocesano “Sagrado Coração de Jesus”; Centro de Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap); Memorial do Colégio de Ciências Pura e Aplicada (CCPA) e Memorial do Instituto Federal de Sergipe (MIFS). A análise recai, sobretudo, nos seus acervos salvaguardados e nas práticas de patrimonialização escolar. Dialogamos de maneira mais específica com a concepção de “patrimonialização” da escola e com a necessidade de valorizar as singularidades e especificidades dos sujeitos escolares, suas histórias e memórias.

Ao compreender a escola como uma instituição social que integra o patrimônio de um país, corroboramos com Gonçalves (2009) sobre as múltiplas possibilidades que o termo “patrimônio” possibilita, inclusive, o entendimento da vida social e cultural, sendo que sua existência “de certo modo, constrói, forma as pessoas”. Abreu (2015, p. 67) esclarece que “Na formação das nações modernas, a noção de patrimônio associou-se à ideia de bem coletivo e público expressando um tipo de sociedade como coletivo de indivíduos e indivíduo coletivo”.

Segundo o artigo 216 da Constituição Federal da República Brasileira (1988), constituem patrimônio cultural brasileiro: bens de natureza material e imaterial, que fazem referência à

identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, dentre outros. A legislação ganhou um incremento com o Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o inventário e o registro do patrimônio cultural imaterial ou inatingível.

Seria a escola, seus bens materiais e imateriais, parte do patrimônio cultural brasileiro? Souza (2013, p. 212) buscou responder tal questionamento da seguinte forma:

É preciso reconhecer que uma das principais justificativas para a preservação do patrimônio cultural é a sua relevância para a construção da identidade dos sujeitos e de suas relações com o tempo e o espaço e para a construção da memória. As justificativas para se preservar o patrimônio escolar tendem a reiterar a importância da conservação da memória da escola, remetendo a seus vínculos com a formação da infância e da juventude e o espaço de transmissão de cultura e processos de construção de subjetividades e de identidades.

Assim, entende-se que a noção de patrimônio, o seu entrelaçamento à escola e a seus agentes, pode contribuir diretamente para a sua preservação na condição de instituição social que busca materializar a finalidade da educação formal apreçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), qual seja: o desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A escola e seu patrimônio são fundamentais para a formação dos sujeitos e a promoção da cidadania.

Chuva (2012) atenta que a expansão do campo do patrimônio cultural brasileiro tem compreendido uma gama de agentes sociais, de bens e práticas culturais que podem se tornar patrimônio, o que provoca uma série de consequências pertinentes tanto aos bens de natureza material e sua proteção quanto aos bens de natureza imaterial e às políticas de salvaguarda. Para a autora,

Os valores identificados nos bens culturais, visando sua patrimonialização, são atribuídos pelos homens e, portanto, não são permanentes, tampouco são intrínsecos aos objetos ou bens de qualquer natureza. *Logo os processos de patrimonialização de qualquer tipo de bem cultural de qualquer natureza devem colocar em destaque os sentidos e os significados atribuídos ao bem pelos grupos relacionados a ele.* Contudo, os instrumentos relacionados a sua proteção ou salvaguarda podem variar e serem aprimorados de acordo com a natureza e o tipo de bem cultural. (Chuva, 2012, p. 163, grifos nossos)

Logo, os processos de patrimonialização escolar necessitam também apresentar os sentidos e os significados de patrimonializar esse ou aquele acervo, essa ou aquela escola, bem

como justificar a escolha dos próprios instrumentos de salvaguarda, não perdendo de vista as disputas no campo do patrimônio e mesmo os interesses envolvidos em tais práticas.

Faz-se necessário atentar também que a expansão da noção de patrimônio cultural traz consigo, por um lado, o questionamento sobre eventual processo de “banalização”, por aqueles que partem do pressuposto de que tudo pode se tornar patrimônio, ou de “dessacralização” do patrimônio, para os que veem essa ampliação como democratizante. Por outro lado, o entendimento de que a ampliação da compreensão de que o patrimônio cultural é mais um dos resultados da globalização, no que diz respeito a ter aspectos de sua cultura reconhecidos, contribui diretamente para a inserção de um país ou grupo social em determinadas comunidades, contando inclusive com benefícios políticos e econômicos (Fonseca, 2009).

Ao perfazer um histórico com uma síntese dos processos de patrimonialização no Ocidente, Abreu (2015) estabelece três marcos: o primeiro que abarca do século XIX à primeira metade do século XX, com a reconstrução do passado, história, ou na busca e valorização da arte; o segundo, com a criação da Unesco na década de 1940 e o conceito antropológico de cultura; e o terceiro, a partir do final dos anos 1980, com o predomínio dos fóruns internacionais, com destaque para o da Unesco, que deu ênfase à preservação da noção de singularidade ou especificidade local, o que a pesquisadora denomina “patrimonialização das diferenças”.

Ainda conforme a aludida autora, para além das políticas que opõem a cultura material à imaterial, a complexidade da nova configuração, colocada em marcha por políticas de patrimonialização das culturas em diferentes partes do mundo, deve trabalhar o conceito de “patrimonialização”, para, assim, “entender seus processos por meio de levantamentos detalhados em estudos de caso[, o que] pode ser um bom caminho para descortinar novos horizontes” (Abreu, 2015, p. 93). Vale esclarecer que, no processo de patrimonialização,

Novos significados são justapostos e integrados a um bem que, na esfera mercantil, era apenas mais um objeto a ser consumido, utilizado, descartado. A patrimonialização concede a este artefato uma nova vida e um novo valor. A partir da patrimonialização, ele deve ser preservado e exposto ao olhar do público, ou seja, ele se torna bem público e legado de um coletivo de indivíduos. Esta é uma operação complexa que envolve diversos agentes especialmente treinados com a finalidade de uma construção especial de valor. *Os bens patrimonializados são considerados sagrados para uma cultura ou um grupo social organizado.* (Abreu, 2015, p. 67-68, grifos nossos)

A partir do diálogo com tal perspectiva, Silva (2018) demonstra a descentralização dos processos de patrimonialização cultural da figura do Estado para comunidades e atores sociais que demandam políticas visando ao patrimônio com foco na escola, compreendendo-a como agente ativo no processo de salvaguarda das memórias e das culturas locais e regionais. Após uma profunda reflexão teórica, o autor discute experiências de escolas de dois municípios brasileiros, no tocante ao processo de patrimonialização cultural, apresentando o protagonismo dos atores escolares na salvaguarda de suas memórias e de seus patrimônios.

A partir da área da Sociologia da Educação, com um diálogo entre as escolas e o patrimônio da cidade, conclui-se que: “Se a educação escolar no Brasil foi produzida pelos princípios da homogeneização e da unidade nacional, ela é, na atualidade, tensionada pelas novas configurações do campo do patrimônio e pelos dilemas educacionais e políticos de uma sociedade democrática” (Silva, 2018, p. 16).

As assertivas explicitadas dialogam diretamente com a área da História da Educação no âmbito das mudanças teórico-metodológicas, que fizeram com que o influxo das pesquisas girasse em torno das especificidades das escolas e seus sujeitos, sua cultura, seus impressos, suas disciplinas, seus docentes e alunos, com foco em vários aspectos da chamada cultura escolar. Sendo assim, pesquisadores juntamente com os sujeitos das instituições educacionais têm realizado trabalhos em diferentes partes do país para salvaguardar seus acervos, valorizar suas histórias e construir identidades a partir de aspectos específicos vivenciados por diferentes gerações de integrantes do processo educativo no Brasil.

Como já apontado por Souza (2013, p. 204), “inserir o patrimônio escolar nesse debate público, político e especializado no campo da preservação, estabelecendo diálogos e reconhecendo aproximações é um desafio a ser enfrentado e uma necessidade urgente”. Ao aceitar tal desafio, faremos uma incursão acerca de algumas questões no âmbito do patrimônio escolar, seguida da investigação dos espaços de memória escolar em Sergipe.

## O patrimônio escolar salvaguardado: questões múltiplas

Organizar e salvaguardar em acervos o denominado patrimônio cultural, histórico e educativo, aqui representado pela cultura material da escola, mais do que um acúmulo de objetos e documentos cristalizados no tempo e no espaço constitui-se, no tempo presente, como uma mudança epistemológica marcada pela ascensão da dimensão memorial da vida escolar. Tal empreendimento se caracteriza como uma força motriz para combater o esquecimento pelas práticas preservacionistas que estão a envolver com empenho e seriedade os pesquisadores da História da Educação no Brasil. (Cunha, 2015, p. 293)

“Organizar” e “salvaguardar” são verbos caros para aqueles que se aventuram pelo trabalho com os acervos físicos e virtuais de diferentes escolas, em distintos tempos e espaços. É o patrimônio cultural preservado, reconhecido pela comunidade produtora e chancelado pelos especialistas da área, que confere sentido a massas de papéis e a uma série de objetos, fazeres e saberes que deixam a rotina do dia a dia da labuta escolar para transformar-se em documentos de arquivos, objetos de museus, artefatos de centros de memória.

Como assinalou Huyssen (2000, p. 15), “não há dúvida de que o mundo está sendo musealizado e que todos nós representamos nossos papéis neste processo”. Docentes, discentes, gestores e demais sujeitos do processo educativo, tanto da educação básica como do ensino superior, têm atuado nesse processo de “musealização do mundo” ao construir espaços educativos de memória, realizando escolhas, construindo memórias e definindo o que fica exposto e o que será guardado, como tais histórias serão narradas, quais trabalhos serão propostos e como os agentes educacionais podem ser visualizados ou inviabilizados na construção e na manutenção desses espaços.

O trabalho com acervos escolares, sobretudo a partir do arquivo permanente e dos objetos que perderam sua função no processo de ensino e aprendizagem, tem extrapolado a função burocrática da escola e seus sujeitos, chegando às universidades com pesquisadores e grupos interessados em “patrimonializar” práticas educativas de determinados períodos históricos e fazê-las resistir ao tempo. Assim, enveredar pelos acervos escolares tornou-se uma

prática na área da História da Educação a partir de diferentes perspectivas, entre elas a análise do patrimônio escolar<sup>4</sup>. Vejamos o que escreveram alguns especialistas da área.

Em escrito anterior, Souza (2013) defende a expressão “patrimônio escolar” em diálogo com perspectivas consolidadas sobre o patrimônio cultural no Brasil, para referir-se tanto ao edifício como à necessidade de proteção do acervo documental, museológico, bibliográfico e mesmo dos modos de fazer e praticar o ensino. Possamai (2012, p. 117) ressalta que a interface entre a história da educação e a história permite pensar “que o patrimônio da história da educação é uma construção histórica e social, e não um conjunto determinado de bens culturais naturalizados como patrimônio de uma coletividade”. Assim, cabe a tal campo de estudo “propor problemáticas a esses bens culturais na perspectiva do conhecimento histórico”.

Cunha e Campos (2020, p. 4) compreendem que o “Patrimônio Cultural e a Educação, também denominado de Patrimônio Histórico-Educativo, comportam tanto a produção material quanto imaterial da escola como meio para compreender e auxiliar nos processos de reflexão da História no presente”. Por outro lado, Gil e Almeida (2013, p. 122) denominam como patrimônios da educação o “conjunto de documentos escritos, orais, imagéticos, objetos e práticas intangíveis das instituições escolares, assim considerados pelos atores escolares responsáveis por essa atribuição de valor e construção de significados para tais bens culturais”.

Para Mogarro, Gonçalves, Casimiro e Oliveira (2010), o patrimônio escolar engloba a arquitetura escolar, desde o próprio edifício das escolas, o espaço em seu entorno e sua funcionalidade, os equipamentos, os materiais de uso cotidiano e os materiais didáticos, até os instrumentos científicos para o ensino das várias ciências, quadros, caixas métricas, ábacos, meios audiovisuais, trabalhos de alunos, cadernos escolares, entre outros. Esse patrimônio integra ainda materiais em suporte de papel relacionados com objetos, como catálogos de editoras, manuais de ensino, que incorporam os materiais didáticos nos processos de ensino e aprendizagem, como também documentos de arquivo diante do dia a dia da instituição educacional, como requerimentos de professores, notas de compra, recibos, inventários antigos e a própria literatura articulada com o tema. Insere-se também, nesse contexto, a imprensa educativa, que divulga esses objetos, além de orientar como utilizá-los nas escolas.

<sup>4</sup> Há diferentes nomenclaturas para referir-se ao patrimônio escolar. Alguns exemplos: patrimônio histórico-educativo, patrimônio educativo, patrimônios escolares e patrimônio cultural escolar. Para saber mais acerca das distintas denominações, ler Ferrari e Carminati (2016).

Felgueiras (2005) trata da herança educativa e engloba na sua definição os edifícios, o que inclui da cantina ao gabinete médico, bem como as atividades administrativas, o mobiliário, os materiais didáticos e dos alunos, os elementos decorativos e simbólicos, as práticas de ensino, as táticas dos discentes, as brincadeiras e as canções no recreio, as recordações do cotidiano escolar, as memórias de professores e alunos. Complementando, afirma que: “se as ideias e teorias pedagógicas podem ser conhecidas através de escritos, as rotinas do cotidiano escolar e das vivências da condição de criança, de aluno/a e de professor terão de ser investigadas através das memórias e materiais a elas associados” (Felgueiras, 2005, p. 92).

Nas palavras de Agustín Escolano Benito:

[...] no caso do patrimônio da escola, o fundo de material arqueológico, no qual se podem observar vários estratos, mediante escavações estratégicas, conserva chaves e significados que estão no núcleo duro da cultura da educação, em identidade e sua tradição que é, enfim, o resultado transmitido pela história efetivada nas instituições formativas. [...] No contato com esses restos e na leitura que fazemos dos vestígios e dos sinais indiciários que reclamam nossa atenção, estão precisamente as bases sobre as quais se sustenta a educação patrimonial (Benito, 2017, p. 274).

Nesse sentido, a criação de espaços de memória para a guarda desses “restos”, como acentua o pesquisador, tem relação direta com o que escreveu Nora (1993, p. 13), no sentido de que “[...] é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais”. Essas operações constroem memórias fundamentais para a história de um lugar, de um grupo, de um povo, e mesmo para a sua identidade.

Ao dialogar com Pierre Nora, entendemos os espaços de memória escolar como locais, físicos ou virtuais, presentes dentro ou fora da escola, mas que guardam e disponibilizam, para consulta e/ou visita, documentos e objetos que tratam da memória da escola, seus sujeitos e fazeres ordinários. Incluem-se aí centros de memória, memoriais, museus escolares e arquivos escolares, que extrapolam a função burocrática de arquivo permanente da escola e cumprem um papel social de preservação, valorização e divulgação da memória da instituição educacional e seus diferentes sujeitos. O processo de reconhecimento do significado do espaço de memória escolar pela comunidade e a constituição de espaços para salvaguarda e disponibilização desses bens culturais chamamos de patrimonialização escolar.

Diante do exposto, no presente texto, centraremos nossas análises em espaços de memória escolar do estado de Sergipe, com a atenção voltada para o patrimônio escolar ali salvaguardado. Quatro deles são constituídos em um espaço físico e um é eminentemente virtual, embora conte com uma reserva técnica que subsidia os trabalhos da equipe. Vejamos a seguir práticas de patrimonialização escolar.

## **A salvaguarda do patrimônio escolar em Sergipe**

De norte a sul do Brasil, pululam experiências com distintas finalidades e métodos, unidas pela busca e pela salvaguarda de objetos e documentos escolares em arquivos, museus, centros de memória e memoriais. Andreas Huyssen trata das obsessões com a memória e afirma que “um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais” (Huyssen, 2000, p. 9).

A preocupação com as memórias escolares foi materializada em distintos centros de memória e memoriais no estado de Sergipe. Após investigação junto à Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura, aos grupos de pesquisa da área de História da Educação das duas universidades do estado, bem como aos anais de congressos da área e sites de instituições particulares de Aracaju, capital de Sergipe, identificamos cinco espaços de memória escolar.

Para a análise da constituição e dos acervos de tais espaços, utilizamos como fontes a realização de um questionário com alguns de seus gestores, a consulta de informações disponíveis na rede mundial de computadores, fotografias tiradas em visitas *in loco*, além de uma revisão da literatura no tocante à história dessas escolas e dos seus espaços de memória. Vejamos a seguir um quadro descritivo de tais espaços.

## Quadro 1

### *Instituições e “lugares de memórias” escolares de Sergipe*<sup>5</sup>

<i>“Lugar de Memória” escolar</i>	<i>Ano de criação</i>	<i>Instituição educacional/fundação</i>
Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (Cemas)	2005	Atheneu Sergipense/1870
Memorial do Colégio Arquidiocesano “Sagrado Coração de Jesus”	2005	Colégio Arquidiocesano “Sagrado Coração de Jesus”/1960 <sup>6</sup>
Centro de Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap)	2014	Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe/1959
Memorial do Colégio de Ciências Pura e Aplicada (CCPA)	2016	Colégio de Ciências Pura e Aplicada (CCPA)/1976
Memorial do Instituto Federal de Sergipe (MIFS)	2018	Instituto Federal de Sergipe/1909

Uma primeira constatação concerne ao período de criação desses espaços que embasa justamente o recorte temporal da pesquisa. Em 2005, foram inaugurados o Cemas e o Memorial do Colégio Arquidiocesano; já em 2018, instituiu-se o MIFS como um espaço virtual. Desse modo, as duas primeiras décadas do século XXI marcaram a instalação de espaços de memória escolar que dialogam diretamente com as assertivas de Huyssen (2000) acerca das “vontades de memória”.

Uma segunda observação concerne às denominações para os lugares de memória escolar: “centro de memória” e “memorial”. Para Camargo e Goulart (2015, p. 19), centro de memória é uma denominação recente no Brasil, na qual as entidades do arquivo, da biblioteca e do museu possuem afinidades como a “missão comum de tornar acessíveis as informações contidas nos respectivos acervos” para uma consulta futura. Já o memorial é entendido por Axt (2012, p. 66) como “uma proposta de lidar com a memória sem necessariamente vinculá-la a um acervo, seja objetual, artístico, documental, imagético”, complementando que lhe cabe ainda a prestação de serviços à comunidade, “desenvolvendo no seu seio um fórum de reflexão sobre

<sup>5</sup> Existem ainda três espaços de memória escolar em processo de constituição no estado: o Centro de Memória da Formação Docente do Instituto de Educação Rui Barbosa em Aracaju (Cierb); o Centro de Memória Benjamin Constant (Cembec), que integra o Instituto Federal de Sergipe no campus de São Cristóvão, conforme Lima (2021); e o Memorial Dr. Pedro Garcia Moreno Filho do Colégio Estadual Murilo Braga, em Itabaiana (SE).

<sup>6</sup> O Colégio Arquidiocesano “Sagrado Coração de Jesus” encerrou suas atividades em 10.11.2021, após a realização da coleta de dados para a presente pesquisa. Até o momento, não sabemos o que aconteceu com seu acervo, uma vez que um dos prédios da instituição passou a abrigar outra escola particular.

a instituição trabalhada, ancorado no ferramental teórico e metodológico da pesquisa histórica” (AXT, 2012, p. 65).

Enquanto o centro de memória tem uma conceituação bastante discutida por um variado conjunto de especialistas, o memorial é uma nomenclatura mais utilizada por diferentes instituições do que debatida teoricamente, tratando-se de elemento que carece de maiores problematizações e verticalizações de análise. No caso das instituições de memória de Sergipe, fica perceptível que os centros de memória possuem maior ênfase nas pesquisas, com um amplo diálogo entre educação básica e ensino superior; no âmbito dos memoriais, o trabalho encontra mais ressonância com a comunidade escolar atual e ex-alunos da instituição.

Nota-se, assim, que os espaços de memória escolar de Sergipe fizeram a opção pela concepção de um centro de memória ou memorial com a finalidade de agregar arquivos e coleções que dizem respeito à vida da instituição e a alguns dos seus sujeitos, possibilitando a disponibilização dos seus acervos para consultas futuras. Constam dois centros de memórias, localizados em escolas públicas, uma federal e outra estadual; em contraponto, há três memoriais, que integram uma instituição federal e duas instituições particulares, uma delas confessional. Os pioneiros espaços de memória escolar em Sergipe foram criados no ano de 2005, um tendo em vista a comemoração dos 135 anos do Atheneu Sergipense, e o outro, dos 45 anos do Colégio Arquidiocesano. Vejamos alguns aspectos do seu histórico.

O Atheneu Sergipense<sup>7</sup> foi criado em 24 de outubro de 1870, sendo uma instituição pública que funciona ininterruptamente até a contemporaneidade. Fiel a sua função inicial de ofertar o ensino secundário, a escola atravessou a barreira dos séculos formando gerações de sergipanos, tendo funcionado em quatro prédios, localizados na região central de Aracaju e com distintas denominações.

A escola teve seu corpo docente majoritariamente masculino por vários anos, sendo que a primeira aluna a concluir o curso secundário de 6 anos foi Silvia de Oliveira Ribeiro em 1912. Já o corpo docente, catedrático, esteve sob o domínio exclusivamente de professores por mais

---

<sup>7</sup> Para tratar da história da escola, tomamos como base o pioneiro trabalho de Alves (2005) e o Álbum Atheneu Sergipense, organizado por Alves, Oliveira e Costa (2021). Algumas dessas pesquisas foram publicadas como livros, na coleção “Uma casa de educação literária: 150 anos do Atheneu Sergipense”, contendo 10 obras sobre a instituição, além da produção de vídeos, *podcasts* e calendário, em virtude da efeméride dos 150 anos da escola. Por outro lado, sobre o Cemas, consultamos os estudos de Alves (2016). Também realizamos várias visitas ao espaço de memória e contamos com um questionário respondido via e-mail pela coordenadora emérita do centro, a Profa. Dra. Eva Maria Siqueira Alves.

de sete décadas, até a posse da catedrática Maria Thetis Nunes. O Atheneu Sergipense também foi palco de diferentes agremiações e jornais estudantis, alguns constituíram-se como celeiro de autoridades políticas do Estado.

Diante do histórico da instituição, brevemente apresentado, criou-se o Cemas no ano de 2005, a partir dos estudos desenvolvidos para a tese de Alves (2005) em diálogo com a comunidade escolar. O Cemas tem por principal objetivo preservar os vestígios escritos ou não, o testemunho histórico, além de criar informações necessárias para salvaguardar o patrimônio cultural e manter a exposição permanente da memória educacional e social do Atheneu Sergipense.

Seguindo os preceitos da arquivística, o acervo encontra-se em um único Fundo Arquivístico, denominado Atheneu Sergipense, o qual foi subdividido em dez séries e duas subséries, distribuído em 233 caixas-arquivos, contendo mais de 100.000 páginas em diferentes estados de conservação. Todo o material já organizado está disposto em dois catálogos do período de 1848 a 1950; dois de 1950 a 1970; e um com as fontes da Arcádia Literária Estudantil do Atheneu Sergipense, que identifica os documentos dessa agremiação estudantil, subdividido em séries.

Para a existência do Cemas, foi firmado o Termo de Convênio de Cooperação Técnica entre a Universidade Federal de Sergipe e a Secretaria do Estado da Educação, do Esporte e da Cultura, cujo objetivo é institucionalizar a execução de diferentes atividades de pesquisa, ensino e extensão, envolvendo professores e alunos das instituições. Desde o ano de 2018, o centro integra a proposta político-pedagógica do Atheneu Sergipense, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação. Esses são significativos marcos para o processo de patrimonialização escolar, delineados na parceria entre escola e universidade. Ao dialogar com Abreu e Silva (2016, p. 9), tem-se que “os bens patrimoniais devem ser preservados, mantidos, exibidos e – por último, mas não menos importante – compreendidos.” Eis uma das finalidades que o Cemas busca atingir: a compreensão de diferentes públicos acerca do que ali está salvaguardado no tocante ao patrimônio educativo de uma escola pública sergipana. Vejamos, a seguir, algumas imagens do Cemas.

**Figura 1**

*Visão parcial do Cemas*



**Figura 2**

*Visão parcial do acervo do Cemas*



Fonte: Cemas.

As imagens expõem o espaço, que conta com móveis e objetos utilizados pelos diferentes sujeitos escolares em distintas temporalidades; são “os bens patrimonializados” (Abreu, 2015, p. 68) por um grupo de pesquisadores em diálogo com a comunidade escolar.

Para além de mobília e artefatos escolares, trata-se de uma busca por “patrimonializar” uma memória educativa considerada crucial para a compreensão do passado com suas reverberações no presente. Como afirma Cunha (2015, p. 295), “objetos e documentos escolares antes tratados pela sua utilidade passam, cada vez mais, a valer pela sua capacidade de remeter a outra coisa – valor de signo – e para uma compreensão do conjunto de fazeres praticados no interior da escola”.

Dentro dessa perspectiva, alguns desses móveis são utilizados para o funcionamento diário do espaço de memória, fornecendo novas vida e dinâmica a artefatos anteriormente planejados para as atividades de ensino e aprendizagem. O centro conta com um significativo conjunto de troféus, materiais de laboratórios e fardamentos. Por outro lado, os arquivos e suas estantes armazenam documentos que tratam das histórias de uma sesquicentenária instituição educacional pública. São, sobretudo, documentos administrativos, contando também com registros de discentes pertencentes à Arcádia Literária.

O acervo salvaguardado no Cemas, ao longo do seu funcionamento em distintos espaços da escola, tem servido também para a realização de uma série de pesquisas nas áreas das ciências humanas, como também para pesquisas particulares de pessoas que querem saber mais sobre familiares e sua passagem pelo Atheneu Sergipense. Outro público atendido são ex-alunos, que buscam resquícios dos seus tempos escolares, seus colegas e professores. O acervo integra ainda trabalhos da escola na contemporaneidade, vinculando as atividades de ensino e pesquisa.

O espaço de memória do Centro de Excelência Atheneu Sergipense corrobora as assertivas de Camargo e Goulart (2015, p. 29), quando afirmam que os “centros de memória são um misto de arquivo, biblioteca e museu”, constituindo-se com um espaço institucional novo que “reflete as profundas alterações ocorridas no mundo contemporâneo”. Nesse sentido, consideramos que “[...] precisa-se da memória e musealização, juntas, para construir uma proteção contra a obsolescência e o desaparecimento” (Huysen, 2000, p. 28). Sendo que o Cemas cumpre duplamente tais prerrogativas, ao unir em um só espaço diferentes tipologias documentais e ao mesmo tempo atender a diferentes finalidades, desde a pesquisa até as aulas e atividades de extensão, de modo que, paulatinamente, tem galgado um lugar de preservação da memória institucional, elegendo o que deve ser preservado, exposto e divulgado para a

comunidade escolar; em outras palavras, o que tem protegido e patrimonializado nas batalhas contra o seu “desaparecimento”.

No mesmo ano de criação do Cemas, nascia também o Memorial do Colégio Arquidiocesano “Sagrado Coração de Jesus”. A história da escola<sup>8</sup> está relacionada intimamente com a criação do Educandário “Pequeno Príncipe” em 1959, como uma instituição que daria suporte financeiro ao “Seminário Episcopal Sagrado Coração de Jesus”, nascido em 1913. Após os primeiros resultados exitosos do educandário, surgiu a ideia de criação de um ginásio que funcionasse no antigo prédio do “seminário”.

Assim, o Ginásio Diocesano iniciou suas atividades em 1º de março de 1960. Já em 1962 passou a ofertar, além do ginásio, os cursos clássico e científico, completando todo o secundário. Três anos depois, com a mudança de Diocese para Arquidiocese de Aracaju, a instituição passou a denominar-se Colégio Arquidiocesano “Sagrado Coração de Jesus”.

As primeiras décadas da história da escola foram marcadas por uma ascensão no número de matrículas e a ampliação do espaço físico com significativas reformas estruturais. Com um prédio amplo, que ocupou o espaço onde antes funcionava o Seminário Episcopal Sagrado Coração de Jesus, na rua Dom José Tomás, a escola destacou-se na região do bairro São José, em Aracaju, e expandiu sua atuação para outra unidade na região sul da capital. No ano de 2020, a escola sexagenária foi vendida, sendo mantida somente a unidade sul.

Em comemoração aos 45 anos da instituição, foi criado o Memorial do Colégio Arquidiocesano “Sagrado Coração de Jesus”, em 1º de março de 2005. Conforme documento de apresentação do memorial, o espaço de memória escolar conta com um significativo acervo, assim dividido: fotografias (mais de 3.500 imagens); museu da escola; objetos; reconhecimento; som; imagem; e publicações com revistas e boletins, incluindo dois periódicos da escola, a Revista Arqui 2003-2009 e a Retrospectiva Arqui 1998-2009.

O memorial possui mais de 10.000 documentos no recorte temporal, que abarca desde os primeiros anos de funcionamento da escola até períodos mais recentes, como os diários de classe da década de 1990; além de documentos do seminário, como o Livro de Matrícula do Seminário Diocesano (instituição cujo espaço físico foi ocupado pelo Arquidiocesano

<sup>8</sup> As informações sobre o histórico da escola e do seu memorial foram extraídas dos trabalhos de Lima (2013) e Dantas (2010), além de contar com uma visita presencial ao espaço no dia 21.10.2021 e o relato de alguns dos idealizadores e mantenedores do Memorial.

posteriormente), que data de 1913. Entre os documentos, pode-se destacar: boletins de alunos, caderneta escolar, calendários escolares, carnês de pagamento da mensalidade, um significativo conjunto de álbuns de fotografias e uma série de relatórios, devidamente organizados e encadernados. Constatam objetos, como troféus, medalhas, placas, carteirinhas estudantis, apagador de giz, carimbos e aparelhos eletrônicos utilizados em aulas da segunda metade do século XX, como computadores, televisão, aparelhos de projeção, máquinas para vídeos e áudios, slides para projeção, entre outros. A escola abriga ainda murais com pinturas da artista sergipana Rosa Faria (1917-1987) e um significativo acervo de troféus.

O acervo salvaguardado diz respeito a uma identidade construída pela escola. São objetos que fizeram parte da formação de distintas gerações, em diferentes espaços geográficos, sendo selecionados para compor um espaço de memória escolar. Faz-se necessário lembrar que “a individualidade, tão afirmada no mundo contemporâneo, alimenta-se de um patrimônio comum que nos condiciona em vários aspectos e partilha, em grau variável, um conjunto de referentes” (Felgueiras, 2005, p. 89). Dentro desse conjunto, constam a escola, seus saberes, fazeres e artefatos. Vejamos a seguir imagens do memorial.

**Figura 3**

***Placa de inauguração do Memorial do Colégio Arquidiocesano***



Fonte: Memorial do Arquidiocesano.

Figura 4

*Troféus e documentação encadernada do Memorial do Colégio Arquidiocesano*



Da placa de inauguração do espaço de memória escolar à estante com uma série de livros, anuários encadernados, boletins, livros de registro, entre outros documentos da escola, consegue-se visualizar aspectos do patrimônio escolar, ali, salvaguardados. São objetos e documentos selecionados para exposição em uma escola particular, que se mostra à sociedade também por meio do que manteve dos vestígios do passado ali preservados e expostos. A narrativa criada exalta as conquistas e transmite a mensagem da história de uma instituição educacional permeada pelos ritos católicos, com destaque para algumas figuras da igreja que por lá passaram.

Já o Colégio de Aplicação<sup>9</sup> foi criado no ano de 1959, ligado à Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, que iniciou suas atividades em 1951, com o objetivo de ser um campo de estágio para a instituição de ensino superior, voltada para a formação de professores do ensino secundário e normal. Em 1968, com a incorporação da Faculdade de Filosofia para a criação da Universidade Federal de Sergipe, o Colégio de Aplicação também foi federalizado. Ao longo das suas primeiras décadas de funcionamento, o colégio ocupou um espaço junto ao prédio da faculdade também no bairro São José, no centro de Aracaju. No ano de 1981, passou a funcionar

<sup>9</sup> Sobre a história do Colégio de Aplicação, ver, entre outros: Nunes (2008) e Santos (2019). Sobre o Cemdap, sugerimos a leitura de Conceição e Nogueira (2018) e Conceição, Monteiro e Melo (2018), além dos vários projetos desenvolvidos a partir do próprio centro. Tais referências fundamentaram os escritos acerca da escola e do centro de memória. Os citados trabalhos, somados a um questionário respondido via e-mail pelo gestor do centro, o Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição, e a uma visita presencial realizada no dia 27.10.2021, embasaram as análises acerca do Cemdap.

no campus universitário, mas somente em 1995 ganhou o próprio espaço para a realização de atividades educativas específicas da educação básica.

Com mais de meio século de existência e uma atuação de destaque no cenário educacional sergipano, o Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Sergipe (UFS) tornou-se uma escola de referência, seja pelos corpos docente e discente, seja pelos projetos inovadores e pela capacidade de diálogo com o ensino superior, como é próprio da sua finalidade. A escola formou gerações distintas e constituiu um significativo acervo documental e de artefatos.

O acervo foi organizado no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap). A ideia surgiu a partir dos resultados de um projeto de pesquisa desenvolvido no período de 2013 a 2015. Em 2016, o Conselho Geral do Colégio de Aplicação aprovou a proposta de criação do centro. Quatro anos depois, o Cemdap foi transferido para um novo espaço físico, com maior dimensão, sendo possível realizar a separação da sala para pesquisa e estudo, além de outra para a guarda e o tratamento do acervo.

De início, a documentação permanente foi identificada e reunida contando com diferentes tipologias documentais, que englobam legislações, ofícios, memorandos, fotografias, jornais escolares, troféus, entre outras, tudo isso no recorte temporal de 1959 até 1990. O Cemdap custodiava também a documentação permanente do colégio. Os documentos originais apresentam diversos formatos e técnicas, como livros, cadernos, folhas avulsas ou encadernadas e têm como suporte papel e papel emulsionado, no caso das fotografias. A seguir, pode-se observar algumas imagens do Cemdap.

## Figura 5

### *Visão parcial da sala de pesquisa do Cemdap*



**Figura 6**

*Visão parcial do acervo salvaguardado no Cemdap*



O Cemdap tem ampliado paulatinamente seu espaço físico, em concomitância com uma série de atividades de pesquisa e extensão. Os trabalhos com o acervo têm frutificado em dissertações e teses, como também em uma série de publicações na área. A equipe almeja enfrentar outros desafios, inclusive com a construção do inventário do acervo, que tem recebido uma série de doações, sobretudo de ex-funcionários da escola.

Por sua vez, o Colégio de Ciências Pura e Aplicada (CCPA)<sup>10</sup>, fundado oficialmente no ano de 1976, no centro de Aracaju (SE), quando incorporou o antigo primário do Educandário Alfredo Montes. No primeiro ano de funcionamento, contou com 270 alunos. Cinco anos depois, contava com mil discentes matriculados, o que propiciou a construção de um novo prédio na zona sul da cidade, com a completa mudança da instituição em meados da década de 1980. A instituição funciona ininterruptamente até a contemporaneidade, com a oferta da educação infantil, além dos ensinos fundamental e médio.

O Memorial do CCPA foi criado em 2016 nas comemorações dos 40 anos da instituição, juntamente com um espaço físico aberto, voltado para a memória da escola, contando com uma

<sup>10</sup> As análises acerca do CCPA e do seu memorial foram desenvolvidas a partir das informações contidas no site do colégio, além de visita presencial realizada à instituição com o relato dos gestores do espaço de memória escolar no dia 19.8.2021.

cápsula do tempo, um busto em homenagem ao fundador e uma série de troféus. Seguem algumas imagens do memorial.

**Figura 7**

*Espaço físico do Memorial do CCPA*



**Figura 8**

*Objetos do acervo do Memorial do CCPA*



A Figura 8 mostra uma pequena parte do acervo do memorial constituído por documentos e objetos. Ali são salvaguardados majoritariamente artefatos do fundador e proprietário da escola, Marcos Pinheiro Monteiro (1941-2010), também professor de química, havendo, inclusive, materiais utilizados nas suas aulas.

Em uma perspectiva institucional, constam no acervo: cadernos com listas dos alunos matriculados nos primeiros anos de funcionamento, por série e turma; uniformes e identificação do logotipo da instituição em diferentes períodos históricos; bandeiras; pastas de ex-alunos; e

um significativo conjunto de jornais estudantis produzido pela instituição com a denominação de CCPArte.

Trata-se de um espaço criado para a legitimação da memória do seu fundador logo depois do seu falecimento, unindo-se à efeméride da escola. Nesse contexto, houve a intenção de vincular a história da instituição com aspectos da vida do seu idealizador, tudo isso em um mesmo espaço, dialogando com Vidal e Paulilo (2020, p. 13) ao questionarem: “qual ou quais vontades de memórias, arquivos, instituições e pessoas, nas múltiplas temporalidades da vida e da história, forjam quando fabricam acervos?”. Nesse caso, trata-se de uma vontade de memória de salvaguarda escolar mais relacionada a um sujeito do que às múltiplas vozes que, efetivamente, dão vivacidade à instituição educacional.

O último “lugar de memória” escolar localizado na pesquisa é o Memorial do Instituto Federal de Sergipe (MIFS)<sup>11</sup>. O IFS nasceu da união de duas escolas quase centenárias: a Escola de Aprendizes e Artífices, criada em Aracaju no ano de 1909 e inaugurada em 1911; e o Patronato São Maurício, fundado em 1924, em São Cristóvão, com início das atividades no ano seguinte. Entre tantas dissemelhanças, possuíam a precípua finalidade de formação de mão de obra.

Décadas depois, após várias mudanças nas nomenclaturas e finalidades, as instituições denominaram-se, respectivamente, como Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-SE) e Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão. A união das duas instituições educativas originou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe em 2008.

Por sua vez, o Memorial do IFS foi institucionalizado a partir da publicação da Portaria nº 1.685, de 15 de junho de 2018. Dois anos antes da inauguração, já se trabalhava para a efetivação do “lugar de memória”, que atua tanto na coleta de peças para compor o acervo como na produção do memorial digital.

---

<sup>11</sup> Sobre a história da Escola de Aprendizes e Artífices, consultamos o trabalho de Patrício (2003); já acerca do Patronato São Maurício, os estudos de Nery (2006). Santos Neto (2015) traça uma história da instituição educacional da Escola de Aprendizes ao Instituto Federal de Sergipe. Com relação ao Memorial do IFS, analisamos o texto de Matos, Silva, Silva e Kunze (2018). Tais trabalhos embasam os escritos acerca da história da escola e do próprio memorial. Além disso, foram feitos questionário, respondido via e-mail, e reunião virtual, realizada com a equipe do MIFS no dia 28.5.2021.

O memorial não possui um espaço físico para a exposição do acervo, contando com uma reserva técnica que preserva 20 peças de laboratório, 23 peças de mobiliário, 21 peças de artes visuais, 6 arquivos de áudio, 24 equipamentos de sala de aula, 30 peças entre troféus e medalhas, 19 instrumentos médicos e 11 peças gráficas. Além disso, o *hotsite* do memorial está vinculado à página do IFS, na rede mundial de computadores.

Conforme a equipe gestora do MIFS, um dos objetivos é que o *hotsite* do memorial seja uma fonte de informações sobre a escola, por isso o acervo digital, formado por pesquisas que continuam em atividade, aumentando continuamente o material a ser preservado, por fotografias, jornais e publicações acadêmicas.

A seguir, observam-se algumas imagens do memorial:

## Figura 9

### *Print do Logotipo do Memorial do IFS*



Fonte: Site do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. Disponível em: [www.ifs.edu.br/reitoria/memorial/visite](http://www.ifs.edu.br/reitoria/memorial/visite).

Figura 10

*Print de parte do acervo fotográfico do Memorial do IFS*



[Visite o álbum](#)

Liceu Industrial



Fonte: Site do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. Disponível em: [www.ifs.edu.br/acervo-fotografico-memorial-do-ifs](http://www.ifs.edu.br/acervo-fotografico-memorial-do-ifs).

O MIFS é o único espaço de memória escolar de Sergipe em âmbito exclusivamente virtual, com disponibilização de parte do seu acervo, tanto fotográfico como de documentos escritos e entrevistas, o que pode ser visualizado nas imagens anteriormente expostas. Há também um sucinto histórico da instituição, algumas publicações sobre a escola e o seu acervo, bem como jornais que integram o Repositório da UFS, com informações sobre a instituição em distintos períodos históricos.

As abas laterais iniciam a apresentação do próprio memorial e finalizam com eventos, espaço no qual é possível visualizar algumas das ações desenvolvidas com discentes e docentes, como exposições acerca de diferentes temáticas relacionadas com a história da escola, seus objetos e mesmo depoimentos de ex-alunos e professores. Há imagens que apontam para práticas de divulgação do acervo e para um diálogo efetivo do memorial com a comunidade escolar ou com discentes de outras instituições de ensino.

Os espaços de memória escolar analisados na presente pesquisa, cada um a seu modo, processaram práticas de patrimonialização escolar. Se, por um lado, há centros de memória e memoriais de escolas públicas sesquicentenária, centenária e sexagenária; por outro, há

instituições privadas, particulares e de caráter confessional, com trabalhos também de salvaguarda de aspectos do seu patrimônio. Nota-se ainda o caso do MIFS cujo acervo tem como finalidade precípua sua exposição virtual. Atentos ao que diz Huyssen (2000, p. 37) sobre “os passados usados” e os “passados dispensáveis”, deve-se observar as memórias que tais espaços selecionaram quando da sua constituição, bem como as mudanças e interesses negociados nas concepções e narrativas forjadas para patrimonializar aspectos do seu passado.

Os acervos patrimonializados são constituídos, sobretudo, por documentos e objetos, com destaque para artefatos que constam nas diferentes escolas, como é o caso dos troféus. Outros móveis e objetos, já utilizados no processo de ensino-aprendizagem, muitas vezes são expostos, com o intuito de “ilustrar” histórias da escola, como pontuou Cabral (2020) ao concluir suas análises sobre o Cemas e o Cemdap, sublinhando as ações de um longo e permanente processo de preservação do patrimônio histórico educativo, relacionadas também às iniciativas de pesquisadores e professores incomodados com a situação dos acervos escolares.

Há uma diferença crucial entre a exposição do acervo das instituições privadas e o trato com os documentos das instituições públicas, que contêm um trabalho voltado também para a pesquisa, principalmente as dos centros de memória. No caso do Cemas, consta uma série de guias com os documentos ali resguardados, além da disponibilização de uma pequena parte do acervo em meio digital. O Cemdap também conta com instrumentos de consulta ao material e com uma estrutura física planejada para a produção do conhecimento a partir da escola. Nota-se, em ambos os espaços de memória escolar, uma interlocução entre a escola e a universidade, tanto na concepção como na manutenção e na gestão do patrimônio escolar.

## Conclusões desafiadoras

Tão importante quanto mapear as experiências já realizadas e em curso para o reconhecimento das iniciativas espalhadas pelo País são a organização e o fortalecimento de redes de cooperação e sociedades científicas integradas aos fóruns dos historiadores da educação. (Souza, 2013, p. 214)

O mapeamento dos “lugares de memória” escolar em Sergipe e a análise da sua constituição, finalidades e acervo salvaguardado são passos iniciais na busca pela manutenção desses espaços e mesmo pela sua ampliação. A urgente necessidade de formação de uma rede

que possibilite trocas de experiências e coloque em diálogo os desafios e soluções encontradas pelas instituições em cada comunidade, diante das suas características singulares, é um imperativo para os avanços na área.

Entre tantas experiências diferenciadas, caminhos tortuosos e sinuosos, dilemas acerca da própria conceituação de patrimônio escolar, existe um certo consenso com relação à necessidade de criação de políticas públicas para a área (Cunha, 2015; Menezes, 2011; Silva & Orlando, 2019; Souza, 2013), o que endossa o entendimento de Abreu (2015, p. 72) no sentido de que “uma característica nova dos atuais processos de patrimonialização, especialmente aqueles ligados a bens culturais de sociedades tradicionais, é que os grupos sociais ligados a estes bens é que devem demandar a patrimonialização, ou pelo menos endossar as demandas de patrimonialização”.

Ao pensar com Abreu (2015), entende-se que, no processo de “patrimonialização das diferenças”, pesquisadores e comunidade escolar têm efetuado práticas de patrimonialização escolar distintas. Tais práticas foram evidenciadas por meio da análise da implementação e do trabalho com o acervo de cinco espaços de memória escolar em Sergipe. Dos centros de memória das escolas públicas, estadual e federal, aos memoriais de instituições particulares, destacam-se, neste estudo, como tais projetos foram materializados e o papel da comunidade nos caminhos trilhados pelo grupo de sujeitos na constituição de seus acervos, com escolhas e finalidades diversificadas. Ibarra (2016) trata da educação patrimonial, no caso do Chile, e conclui que a comunidade escolar tem começado a contribuir com a identificação, o reconhecimento, o registro e até mesmo a gestão do seu patrimônio, que, aos poucos, se constitui tanto como um direito quanto como uma oportunidade. Esses aspectos, em certa medida, podem ser localizados nos espaços de memória escolar estudados.

Deveras desafiante é a manutenção diária dos espaços físicos e virtuais da memória escolar analisados. São materiais básicos para limpeza e acondicionamento dos acervos, além de equipes que não contam com profissionais que trabalhem especificamente com esses tipos de acervo. No caso das instituições privadas, o trabalho com o memorial soma-se a outras atividades já realizadas pelos funcionários envolvidos. O IFS conta com arquivistas que têm o memorial entre as suas funções prioritárias.

De outro modo, os Centros de Memória do Atheneu Sergipense e do Colégio de Aplicação contam com bolsistas, de diferentes níveis de ensino, em um estreito diálogo entre

ensino superior e educação básica no dia a dia das suas práticas. O trabalho com os bolsistas é prejudicado a cada término de contrato, com a necessidade de novas formações, havendo uma não continuidade de ações. Dito de outro modo, os espaços de memória escolar carecem de profissionais com formação específica e dedicação exclusiva para lidar com os acervos.

Esses profissionais também são fundamentais para a abertura e o atendimento aos públicos interno e externo, com divulgação das ações em sites institucionais, redes sociais ou mesmo na grande mídia, fazendo com que o trabalho realizado com o patrimônio escolar possa ser visto por diferentes sujeitos, para além dos muros da escola. Muitas tarefas, imensas demandas que, nos centros de memória, recebem como suporte a atuação de estudantes da graduação e da pós-graduação, liderados por um professor universitário, e, nos memoriais, são executadas por um pequeno grupo de funcionários, que se revezam em várias funções dentro da escola, incluindo o espaço de memória.

Ainda no âmbito dos desafios, é preciso refletir sobre ações que possibilitem o diálogo dos espaços de memória com a comunidade escolar. Eis outro “calcanhar de Aquiles”, uma vez que já há uma sobreposição de trabalhos para criação e manutenção de tais espaços. Quando se somam novas tarefas, como exposições, temporárias ou permanentes, ou atividades com os acervos voltadas especificamente para determinadas áreas do conhecimento na contemporaneidade e mesmo de educação patrimonial, há, pois, uma série de entraves a serem desbravados. Em meio aos dilemas, fica a certeza de que a tarefa de integração da memória com a atividade pedagógica da escola é crucial no processo de patrimonialização escolar.

A efetivação de políticas públicas voltadas para a preservação de acervos escolares, *pari passu* com editais das agências de fomento, com possibilidades de financiamento de trabalhos em tais espaços, somados a um maior envolvimento dos sujeitos das secretarias estaduais e municipais de educação, são alguns indicativos que possibilitam transpor barreiras enfrentadas por aqueles que se aventuram no trato com a memória em espaços escolares. Para além da atuação direta com os sujeitos do dia a dia da escola, faz-se necessário também mostrar a relevância do patrimônio escolar em outras instâncias para que, assim, seja ultrapassada a fase de trabalho individual, liderado por um ou outro interessado na temática, chegando-se até a concreta institucionalização, com uma experiência coletiva de atividade cotidiana nas escolas.

A ampliação e a revisão das perspectivas teóricas que embasam a formação de tais espaços e mesmo a problematização do que foi salvaguardado e suas escolhas também se fazem

necessárias, uma vez que se lida com uma “área de fronteira” entre a Educação, a História, a Arquivística, a Biblioteconomia, a Museologia e – por que não? – a Antropologia. Ou seja, trata-se de práticas da área de humanidades que têm colocado em diálogo, em alguns casos, escolas e universidades em processos distintos de patrimonialização escolar.

Entre os desafios para a área, destaca-se também a necessidade de repensar “outros espaços/experiências, que constituem a formação dos sujeitos, para além da escola” (Silva & Orlando, 2019, p. 439). Afora a construção de espaços de memórias plurais que integrem a diversidade da escola do presente juntamente com seus sujeitos, para que, assim, existam práticas de patrimonialização para além de documentos e objetos, mas saberes e fazeres que digam respeito ao conjunto de agentes, suas identidades e pertencimentos, que constroem a escola no dia a dia das suas práticas.

## Referências

- Abreu, R. (2015). Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In C. Tardy, V. Dodebei (Orgs.), *Memória e Novos Patrimônios* (Vol. 1, pp. 67-93). Open Edition Press. <https://books.openedition.org/oep/868>.
- Abreu, R.; Silva, R. M. D. da. (2016). Educação e processos de patrimonialização cultural: à guisa de introdução. *Museion*, 23, 6-13.
- Alves, E. M. S. (2005). *O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870-1908)*. [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório institucional da PUC/SP. <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/10576>.
- Alves, E. M. S. (2016). A edificação do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. *RIDPHE\_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo*, 2(2), 37-50.
- Alves, E. M. S., Oliveira, J. P. G., & Costa, R. M. (Orgs.). (2021). *Álbum Atheneu Sergipense. Códice*. [https://issuu.com/educacaoose/docs/album\\_atheneu\\_2021](https://issuu.com/educacaoose/docs/album_atheneu_2021).
- Axt, G. (2012). A função social de um memorial: a experiência com memória e história no Ministério Público. *MÉTIS: história & cultura*, 12(24), 64-89.

- Benito, A. E. (2017). *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*. (H. H. P. Rocha & V. L. G. da Silva, Trans.). Alínea.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 dez. 1996.
- Cabral, A. E. S. de A. (2020). Preservação do patrimônio histórico educativo: organização dos espaços de memória em Sergipe. In A. C. Koyama & I. D. Parrela (Orgs.). *Arquivos e temporalidades: o tempo nas práticas em educação e arquivos* (pp. 155-165). ECI/UFMG.
- Camargo, A. M., & Goulart, S. (2015). *Centros de Memória: uma proposta de definição*. Edições Sesc.
- Chuva, M. (2012). Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 34, 147-165.
- Conceição, J. T., & Nogueira, M. M. C. M. (2018). Preservação e organização documental: o Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação – Cemdap. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, 48, 63-73.
- Conceição, J. T. da, Monteiro, R. R. S., & Melo, R. C. de. (2018). Produção de documentação oral e preservação da memória do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. *RIDPHE\_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo*, 4(2), 379-395.
- Cunha, M. T. S. (2015). Acervos escolares: olhares ao passado no tempo presente. *Revista História da Educação*, 19(47), 293-296.
- Cunha, M. T. S., & Campos, E. C. de. (2020). Um itinerário de pesquisa: aspectos sobre a temática do Patrimônio Histórico-Educativo na História da Educação (2000-2015). *RIDPHE\_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo*, 6, e020021.
- Dantas, M. J. (2010). *Colégio Arquidiocesano: aspectos da cultura material escolar e contribuições para a História da Educação em Sergipe* [Artigo apresentado]. VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, São Luís, Maranhão.
- Felgueiras, M. L. (2005). Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. *Pro-Posições*, 16(1), 87-102.

- Ferrari, C. D. P., & Carminati, C. J. (2016). Patrimônio cultural da escola: termos e abordagens de um campo em expansão. *Atos de Pesquisa em Educação*, 11(3), 680-700.
- Fonseca, M. C. L. (2009). Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In R. Abreu & M. Chagas (Orgs.), *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos* (2a ed., pp. 59-79). Lamparina.
- Gil, C. Z. de V., & Almeida, D. B. (2013). Patrimônios da educação: o ensino e a pesquisa. *Revista Latino-Americana de História*, 2(6), 121-136.
- Gonçalves, J. R. S. (2009). O patrimônio como categoria de pensamento. In R. Abreu & M. Chagas (Orgs.), *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos* (2a ed., pp. 25-33). Lamparina.
- Huysen, A. (2000). *Seduções pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Aeroplano.
- Ibarra, M. (2016). Patrimônio e comunidade: perspectivas da educação patrimonial chilena (1970-2015). *Mouseion*, 23, 15-40.
- Lima, A. A. (2021). O acervo documental do IFS-Campus São Cristóvão (SE): fontes para a escrita da história do ensino profissional agrícola em Sergipe. *Boletim Historiar*, 8(4), 23-32.
- Lima, C. de S. S. (2013). *O Padre José Carvalho de Sousa e o Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus: uma história indissociável da educação*. [Dissertação de mestrado, Universidade Tiradentes]. Repositório Institucional da Unit. <https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/handle/set/363>.
- Mogarro, M. J., Gonçalves, F., Casimiro, J., & Oliveira, I. C. (2010). Inventário e digitalização do patrimônio museológico da educação: um projeto de preservação e valorização do patrimônio educativo. *Revista História da Educação*, 14(30), 153-179.
- Matos, G. do N., Silva, D. E. L. de S., Silva, M. do N., & Kunze, N. C. (2018). Viabilização da disseminação das memórias institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS). *Fontes Documentais*, 1(1), 3-18.
- Menezes, M. C. (2011). Descrever os documentos – construir o inventário – preservar a cultura material escolar. *Revista Brasileira de História da Educação*, 11(1), 93-116.

- Nery, M. A. A. M. (2006). *A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX: o patronato agrícola de Sergipe e suas práticas educativas*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Sergipe]. Repositório institucional do Instituto Federal de Sergipe. <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/559>.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares (Y. A. Khoury, Trad.). *Projeto História*, 10, 7-28.
- Nunes, M. S. C. (2008). *O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968)*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Sergipe]. Repositório da UFS. <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4919>.
- Patrício, S. (2003). *Educando para o trabalho: a Escola de Aprendizages Artífices de Sergipe (1911-1930)*. [Dissertação e mestrado, Universidade Federal de Sergipe]. Repositório institucional do Instituto Federal de Sergipe. <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/821>.
- Possamai, Z. R. (2012). Patrimônio e história da educação: aproximações e possibilidades de pesquisa. *Revista História da Educação*, 16(36), 110-120.
- Santos, J. de O. (2019). *Memórias de estudantes egressos do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1960-1968)*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Sergipe]. Repositório institucional da UFS. <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12676>.
- Santos Neto, A. C. dos. (2015). Da Escola de Aprendizages ao Instituto Federal de Sergipe: 1909-2009. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, 2(2), 25-39.
- Silva, A. L. da, & Orlando, E. de A. (2019). Memória e patrimônio na história da educação: possibilidades e desafios. *Cadernos de História da Educação*, 18(2), 425-444.
- Silva, R. M. D. da. (2018). Escolas, cidades e seus patrimônios: dinâmicas escolares de patrimonialização cultural. *Educação e Pesquisa*, 44, e172781.
- Souza, R. F. de. (2013). Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas para um debate. *Revista Linhas*, 14(26), 199-221.
- Vidal, D. G., & Paulilo, A. L. (2020). Arquivos e educação: prática de arquivamento e memória. *Revista de Educação Pública*, 29, 1-17.

---

## **Dados da submissão:**

*Submetido à avaliação em 23 de fevereiro de 2022; revisado em 30 de agosto de 2023; aprovado para publicação em 23 de novembro de 2023.*

**Autor correspondente:** *Universidade Federal de Sergipe, Campus Prof. Alberto Carvalho, Av. Vereador Olímpio Grande, s/nº, Itabaiana/SE, Brasil, CEP 49506-036.*

## **Contribuições de autoria:**

**Oliveira, João Paulo Gama** – *Conceituação (Igual), Curadoria de dados (Liderança), Análise formal (Liderança), Metodologia (Igual), Escrita – revisão e edição (Igual).*

**Souza-Chaloba, Rosa Fátima de** – *Conceituação (Igual), Metodologia (Igual), Supervisão (Liderança), Escrita - revisão e edição (Igual).*